

*Humberto Ávila*

***TEORIA DOS PRINCÍPIOS***

*da definição  
à aplicação dos princípios jurídicos*

*16ª edição,  
revista e atualizada*

 **MALHEIROS  
EDITORES**

**TEORIA DOS PRINCÍPIOS**  
**da definição à aplicação dos princípios jurídicos**

© HUMBERTO ÁVILA

1ª edição, 04.2003; 2ª edição, 09.2003; 3ª edição, 03.2004;  
4ª edição, 1ª tiragem, 08.2004; 2ª tiragem, 03.2005;  
5ª edição, 03.2006; 6ª edição, 09.2006; 7ª edição, 07.2007;  
8ª edição, 04.2008; 9ª edição, 02.2009; 10ª edição, 08.2009;  
11ª edição, 08.2010; 12ª edição, 03.2011; 13ª edição, 03.2012;  
14ª edição, 03.2013; 15ª edição, 03.2014.

ISBN 978-85-392-0280-5

*Direitos reservados desta edição por*  
*MALHEIROS EDITORES LTDA.*  
*Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171*  
*CEP 04531-940 – São Paulo – SP*  
*Tel.: (11) 3078-7205 Fax: (11) 3168-5495*  
*URL: [www.malheiroseditores.com.br](http://www.malheiroseditores.com.br)*  
*e-mail: [malheiroseditores@terra.com.br](mailto:malheiroseditores@terra.com.br)*

*Composição*  
PC Editorial Ltda.

*Capa*  
*Criação: Vânia Lúcia Amato*  
*Arte: PC Editorial Ltda.*

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*  
03.2015

**SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO INGLESA (“THEORY OF LEGAL PRINCIPLES”)</b>	
– PROF. FREDERICK SCHAUER .....	7
<b>PREFÁCIO DA EDIÇÃO ALEMÃ (“THEORIE DER RECHTSPRINZIPIEN”)</b>	
– PROF. CLAUD-WILHELM CANARIS .....	9
<b>PRÓLOGO DA EDIÇÃO ITALIANA (“TEORIA DEI PRINCIPI”)</b>	
– RICCARDO GUASTINI .....	13
<b>PREFÁCIO – PROF. EROS ROBERTO GRAU</b> .....	23
<b>NOTA À 16ª EDIÇÃO</b> .....	25
<b>NOTA ÀS EDIÇÕES ANTERIORES</b> .....	27
<b>1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS</b> .....	43
<b>2. NORMAS DE PRIMEIRO GRAU: PRINCÍPIOS E REGRAS</b>	
<b>2.1 Distinções preliminares</b>	
2.1.1 <i>Texto e norma</i> .....	50
2.1.2 <i>Descrição, construção e reconstrução</i> .....	51
<b>2.2 Panorama da evolução da distinção entre princípios e regras</b> .....	55
<b>2.3 Critérios de distinção entre princípios e regras</b>	
2.3.1 <i>Critério do “caráter hipotético-condicional”</i>	
2.3.1.1 <i>Conteúdo</i> .....	60
2.3.1.2 <i>Análise crítica</i> .....	61
2.3.2 <i>Critério do “modo final de aplicação”</i>	
2.3.2.1 <i>Conteúdo</i> .....	65
2.3.2.2 <i>Análise crítica</i> .....	66
2.3.3 <i>Critério do “conflito normativo”</i>	
2.3.3.1 <i>Conteúdo</i> .....	73
2.3.3.2 <i>Análise crítica</i> .....	74

## 2.4 *Proposta de dissociação entre princípios e regras*

2.4.1	<i>Fundamentos</i>	
2.4.1.1	Dissociação justificante .....	87
2.4.1.2	Dissociação abstrata .....	88
2.4.1.3	Dissociação heurística .....	91
2.4.1.4	Dissociação em alternativas inclusivas .....	92
2.4.2	<i>Critérios de dissociação</i>	
2.4.2.1	Crítério da natureza do comportamento prescrito .....	95
2.4.2.2	Crítério da natureza da justificação exigida .....	97
2.4.2.3	Crítério da medida de contribuição para a decisão .....	100
2.4.2.4	Quadro esquemático .....	102
2.4.3	<i>Proposta conceitual das regras e dos princípios</i> .....	102
2.4.4	<i>Análise do uso inconsistente da distinção fraca entre regras e princípios</i> .....	109
2.4.5	<i>Análise do uso inconsistente da distinção forte entre regras e princípios</i> .....	112
2.4.6	<i>Diretrizes para a análise dos princípios</i> .....	116
2.4.6.1	Especificação dos fins ao máximo: quanto menos específico for o fim, menos controlável será sua realização .....	117
2.4.6.2	Pesquisa de casos paradigmáticos que possam iniciar esse processo de esclarecimento das condições que compõem o estado ideal de coisas a ser buscado pelos comportamentos necessários à sua realização .....	117
2.4.6.3	Exame, nesses casos, das similaridades capazes de possibilitar a constituição de grupos de casos que girem em torno da solução de um mesmo problema central .....	118
2.4.6.4	Verificação da existência de critérios capazes de possibilitar a delimitação de quais são os bens jurídicos que compõem o estado ideal de coisas e de quais são os comportamentos considerados necessários à sua realização ..	118
2.4.6.5	Realização do percurso inverso: descobertos o estado de coisas e os comportamentos necessários à sua promoção, torna-se necessária a verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base no princípio em análise .....	119

2.4.7	<i>Exemplo do princípio da moralidade</i> .....	119
2.4.8	<i>Eficácia dos princípios</i>	
2.4.8.1	Eficácia interna	
2.4.8.1.1	<i>Conteúdo</i> .....	122
2.4.8.1.2	<i>Eficácia interna direta</i> .....	122
2.4.8.1.3	<i>Eficácia interna indireta</i> .....	123
2.4.8.2	Eficácia externa	
2.4.8.2.1	<i>Conteúdo</i> .....	125
2.4.8.2.2	<i>Eficácia externa objetiva</i>	
2.4.8.2.2.1	Eficácia seletiva .....	125
2.4.8.2.2.2	Eficácia argumentativa .....	126
2.4.8.2.2.2.1	<i>Direta</i> .....	127
2.4.8.2.2.2.2	<i>Indireta</i> .....	127
2.4.8.2.3	<i>Eficácia externa subjetiva</i> .....	128
2.4.9	<i>Eficácia das regras</i>	
2.4.9.1	Eficácia interna	
2.4.9.1.1	<i>Eficácia interna direta</i> .....	128
2.4.9.1.2	<i>Eficácia interna indireta</i> .....	128
2.4.9.2	Eficácia externa	
2.4.9.2.1	<i>Eficácia seletiva</i> .....	134
2.4.9.2.2	<i>Eficácia argumentativa</i>	
2.4.9.2.2.1	<i>Direta</i> .....	135
2.4.9.2.2.2	<i>Indireta</i> .....	136
2.4.9.3	Superabilidade das regras	
2.4.9.3.1	<i>Justificativa da obediência a regras</i> .....	139
2.4.9.3.2	<i>Condições de superabilidade</i>	
2.4.9.3.2.1	<i>Introdução</i> .....	141
2.4.9.3.2.2	<i>Requisitos materiais</i> .....	141
2.4.9.3.2.3	<i>Requisitos procedimentais</i> ..	146
2.5	<i>O convívio entre princípios e regras</i> .....	147
2.6	<i>A força normativa dos princípios</i> .....	149
3.	<b>NORMAS DE SEGUNDO GRAU: POSTULADOS NORMATIVOS</b>	
3.1	<b><i>Introdução</i></b> .....	163
3.2	<b><i>Postulados hermenêuticos</i></b>	
3.2.1	<i>Considerações gerais</i> .....	165
3.2.2	<i>Postulado da Coerência</i>	
3.2.2.1	<i>Da hierarquia à coerência</i> .....	166
3.2.2.2	<i>Coerência substancial</i>	
3.2.2.2.1	<i>Fundamentação por suporte</i> ..	172

	3.2.2.2.2	<i>Fundamentação por justificação recíproca</i> .....	174
3.3		<b>Postulados normativos aplicativos</b> .....	175
3.4		<b>Análise do uso inconsistente de normas e metanormas</b> .....	179
	3.4.1	<i>Consequências</i> .....	180
3.5		<b>Diretrizes para a análise dos postulados normativos aplicativos</b> .....	181
	3.5.1	<i>Necessidade de levantamento de casos cuja solução tenha sido tomada com base em algum postulado normativo</i> .....	182
	3.5.2	<i>Análise da fundamentação das decisões para verificação dos elementos ordenados e da forma como foram relacionados entre si</i> .....	182
	3.5.3	<i>Investigação das normas que foram objeto de aplicação e dos fundamentos utilizados para a escolha de determinada aplicação</i> .....	182
	3.5.4	<i>Realização do percurso inverso: descoberta a estrutura exigida na aplicação do postulado, verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base nele</i> .....	183
3.6		<b>Espécies de postulados</b>	
	3.6.1	<i>Considerações gerais</i> .....	184
	3.6.2	<i>Postulados inespecíficos</i>	
		3.6.2.1 <i>Ponderação</i> .....	185
		3.6.2.2 <i>Concordância prática</i> .....	187
		3.6.2.3 <i>Proibição de excesso</i> .....	188
	3.6.3	<i>Postulados específicos</i>	
		3.6.3.1 <i>Igualdade</i> .....	192
		3.6.3.2 <i>Razoabilidade</i>	
		3.6.3.2.1 <i>Generalidades</i> .....	194
		3.6.3.2.2 <i>Tipologia</i>	
		3.6.3.2.2.1 <i>Razoabilidade como equidade</i> .....	195
		3.6.3.2.2.2 <i>Razoabilidade como congruência</i> .....	198
		3.6.3.2.2.3 <i>Razoabilidade como equivalência</i> .....	200
		3.6.3.2.2.4 <i>Distinção entre razoabilidade e proporcionalidade</i> .....	201
	3.6.3.3	<i>Proporcionalidade</i>	
		3.6.3.3.1 <i>Considerações gerais</i> .....	204

3.6.3.3.2	<i>Aplicabilidade</i>	
3.6.3.3.2.1	Relação entre meio e fim ....	205
3.6.3.3.2.2	Fins internos e fins externos	207
3.6.3.3.3	<i>Exames inerentes à proporcionalidade</i>	
3.6.3.3.3.1	Adequação .....	208
3.6.3.3.3.2	Necessidade .....	214
3.6.3.3.3.3	Proporcionalidade em sentido estrito .....	217
3.6.3.3.4	<i>Intensidade do controle dos outros Poderes pelo Poder Judiciário</i> .....	218
3.7	<i>Análise da falta de diferenciação entre os postulados</i> .....	220
4.	<b>CONCLUSÕES</b> .....	225
	<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	229